

Número da parcela (sequencial)	Proprietário(s)	Outro(s) interessado(s)	Área (em metros quadrados)	Número da matriz da freguesia de Minde		Número da conservatória do registo predial
				Rústico	Urbano	
16	Eugénio Carlos Martins Tigelada e mulher, Maria do Rosário de Sousa da Silva Martins, Domingos Manuel Martins Tigelada e mulher, Maria Elvira da Silva Caetano Martins, Maria Emília Martins Prudêncio e José Martins Prudêncio e mulher, Celeste Farinha Cardoso Prudêncio.		6 554,51	366-Q (este prédio rústico inclui dois artigos urbanos cujas construções foram demolidas e inscritas na matriz sob os artigos 579 e 580).		2 908 2 227 (estão apenas descritas as partes urbanas demolidas, estando a parte rústica omissa).
...

deve ler-se:

Número da parcela (sequencial)	Proprietário(s)	Outro(s) interessado(s)	Área (em metros quadrados)	Número da matriz da freguesia de Minde		Número da conservatória do registo predial
				Rústico	Urbano	
16	Eugénio Carlos Martins Tigelada e mulher, Maria do Rosário de Sousa da Silva Martins, Domingos Manuel Martins Tigelada e mulher, Maria Elvira da Silva Caetano Martins, Maria Emília Martins Prudêncio e José Martins Prudêncio e mulher, Celeste Farinha Cardoso Prudêncio.		6 554,51	366-Q (este prédio rústico inclui dois artigos urbanos cujas construções foram demolidas e inscritas na matriz sob os artigos 579 e 580).		2 908 2 277 (estão apenas descritas as partes urbanas demolidas, estando a parte rústica omissa).
...

30 de Janeiro de 2007. — O Subdirector-Geral, *Paulo Mauritti*.

Gabinete do Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas

Despacho n.º 2838/2007

1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 4.º, ambos do Decreto-Lei n.º 251/2002, de 22 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 27/2005, de 4 de Fevereiro, e nos termos do n.º 1 do artigo 2.º, do n.º 2 do artigo 5.º e do artigo 6.º, todos do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada em História Carla Marina Rosado Martingo secretária pessoal do meu Gabinete.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Fevereiro de 2007.

22 de Janeiro de 2007. — O Alto-Comissário, *Rui Manuel Pereira Marques*.

Inspeção-Geral da Administração do Território

Rectificação n.º 225/2007

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 3, de 4 de Janeiro de 2007, a p. 194, o despacho (extracto) n.º 97/2007, rectifica-se que onde se lê «Ana Paula Jovita Correia da Silva Alves Diogo» deve ler-se «Ana Paula Jovita Correia da Silva».

30 de Janeiro de 2007. — O Inspector-Geral, *Raul Melo Santos*.

Instituto do Desporto de Portugal

Despacho n.º 2839/2007

Por despacho de 31 de Janeiro de 2007 da direcção do Instituto do Desporto de Portugal (IDP), foi Mário Manuel Bravo Heitor, estagiário da carreira técnica superior de desporto do quadro de pessoal do ex-Instituto Nacional do Desporto desde 26 de Outubro de 2005, reclassificado para a categoria de técnico superior de 2.ª classe,

da carreira técnica superior de desporto, do quadro de pessoal do ex-Instituto Nacional do Desporto, ficando posicionado no escalão 1, índice 400, nos termos conjugados dos n.ºs 1 e 3 do artigo 6.º e do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e da alínea *d*) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com produção de efeitos à data de aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Fevereiro de 2007. — O Vice-Presidente da Direcção, *Rui Xavier Mourinha*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Despacho n.º 2840/2007

1 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 20.º, conjugado com o disposto no n.º 3 do artigo 19.º, ambos da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, é exonerado, a seu pedido, o licenciado Mário José da Cruz Paulino do cargo de presidente do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e Infra-Estruturas da Justiça.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 23 de Janeiro de 2007.

19 de Janeiro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Despacho n.º 2841/2007

Nos termos conjugados do artigo 230.º da Constituição e dos artigos 6.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero